



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JOSÉ DANIEL ALEXANDRE DE ARAÚJO

Estratégias e Táticas no Espaço Urbano:

**Apropriações, Gestão e (Re)configurações do Parque Santana Ariano
Suassuna (Recife/PE, 2015–2025)**

Trabalho apresentado pelo aluno José Daniel Alexandre de Araújo à disciplina de TCC II, ministrada pelo Prof. Aurélio de Moura Britto, para obtenção de nota parcial para a referida disciplina.

Orientador: Otávio Augusto Alves dos Santos

Recife

2026

JOSÉ DANIEL ALEXANDRE DE ARAÚJO

Estratégias e Táticas no Espaço Urbano:

**Apropriações, Gestão e (Re)configurações do Parque Santana Ariano
Suassuna (Recife/PE, 2015–2025)**

Trabalho apresentado pelo aluno José Daniel Alexandre de Araújo à disciplina de TCC II, ministrada pelo Prof. Aurélio de Moura Britto, para obtenção de nota parcial para a referida disciplina.

Orientador: Otávio Augusto Alves dos Santos

Recife

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Auxiliadora Cunha – CRB-4 1134

A658e Araújo, José Daniel Alexandre de.
Estratégias e táticas no espaço urbano: apropriações,
gestão e (Re)configurações do Parque Santana Ariano
Suassuna (Recife/PE, 2015-2025) / José Daniel Alexandre
de Araújo. – Recife, 2026.
52 f.; il.

Orientador(a): Otávio Augusto Alves dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) –
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura
em História, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Espaço urbano. 2. Espaço público. 3. Estratégia. 4.
Tática 5. Parque Santana Ariano Suassuna (Recife, PE). I.
Santos, Otávio Augusto Alves dos, orient. II. Título

CDD 909



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA TCC

Aos **03 dias do mês de julho de 2026**, a partir das **14h**, reuniu-se a banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pelos professores abaixo, a fim de avaliar **José Daniel Alexandre de Araújo**. A sessão pública possibilitou a discussão acadêmica sobre a pesquisa e os resultados alcançados pelo estudante. De início, o presidente da banca comunicou aos presentes que a finalidade da reunião era a apresentação e o julgamento do TCC sob o título: **“Estratégias e Táticas no Espaço Urbano: Apropriações, Gestão e (Re)configurações do Parque Santana Ariano Suassuna (Recife/PE, 2015–2025)”**, com o objetivo de atender às exigências para a conclusão do Curso de Licenciatura em História. A seguir, foi concedida a palavra ao graduando pelo prazo de 15 minutos, regulamentado pelos examinadores. Concluída a exposição, deu-se início as arguições sobre os aspectos abordados no referido trabalho e para que respondesse as questões levantadas. Após a análise, os membros da banca examinadora emitiram o seu julgamento, do qual se apurou o seguinte resultado:

Nome	Nota
Otávio Augusto Alves dos Santos	10,0
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque	10,0
Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa	10,0

Tendo assim, o graduando obtido a nota **10,0** (dez) no TCC. Encerrada a sessão, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, orientador, pelo aluno e demais membros da Banca. O concluinte deverá enviar a versão final do trabalho à Biblioteca Central. O depósito será feito após realizada as correções recomendadas pela banca e de acordo com os procedimentos vigentes nas normas internas desta Universidade.

Recife, 03 de julho de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE DANIEL ALEXANDRE DE ARAUJO
Data: 07/07/2026 20:10:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Aluno: _____

Documento assinado digitalmente
gov.br OTAVIO AUGUSTO ALVES DOS SANTOS
Data: 04/07/2026 09:55:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Orientador: _____

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIANA ZERBONE ALVES DE ALBUQUERQUE
Data: 06/07/2026 10:38:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Examinador 1: _____

Documento assinado digitalmente
gov.br INGRID KLEBYANE FARIAS DE LUNA BARBOSA
Data: 06/07/2026 13:07:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Examinador 2: _____

Este trabalho é dedicado a todos aqueles que, de diferentes formas, fizeram parte desta caminhada. Embora a escrita tenha sido realizada por uma única pessoa, sua construção jamais foi um esforço solitário. Cada palavra aqui registrada carrega o incentivo, o apoio, a confiança, os ensinamentos e a presença daqueles que acreditaram neste percurso.

AGRADECIMENTOS

Ser uma pessoa justa não significa pensar em “equilíbrio” sem acrescentar a essa característica a crítica do discurso e, de preferência, no meu caso particular, a autocrítica. Reconstruo-me todos os dias, buscando ser uma pessoa melhor, e todo o meu esforço no sentido de ser justo e justificado passa pela humilde tarefa de reconhecer que, sem a ajuda dos meus semelhantes e do Deus supremo que originou tudo o que conhecemos e desconhecemos, não haveria tarefa a ser executada.

Agradeço ao Governo Federal, que, por meio da Universidade Federal Rural de Pernambuco, me proporcionou um ambiente adequado e profissional para os estudos da disciplina de Licenciatura em História.

Da mesma forma, agradeço a seus funcionários, operacionais, administrativos e corpo docente, principalmente ao meu orientador Otávio Santos, pela disponibilidade e pelos critérios sérios de abordagem científica.

Sinto-me grato também pela dedicação do professor Aurélio de Moura, ministrante da disciplina TCC II. Sua contribuição historiográfica foi decisiva no processo de concatenação da pesquisa.

Incluo no rol da minha gratidão todos os colegas de graduação de todos os períodos. Reafirmo a importância da amizade na academia, visto que, por meio do espírito de cooperação, ela ameniza as dificuldades do caminho acadêmico.

Na sequência, agradeço, sem ordem de importância, posto que todos importam, a todos que, com o que tinham à mão, me favoreceram de alguma forma: uma palavra, um conselho, uma ideia, uma teoria, um real ou um favor. Tudo isso teve um peso semelhante nessa trajetória tão importante. O sentimento que fica é o de eterna gratidão a todos que, da sua melhor maneira, fizeram parte do processo criativo deste trabalho e que, citados ou não nestas linhas, são dignos de longos e sinceros aplausos.

RESUMO

O Parque Santana Ariano Suassuna, localizado na zona norte do Recife, configura-se como um espaço público que evidencia tensões socioeconômicas inscritas na produção do espaço urbano. Conectando bairros distintos, que apresentam diferentes condições econômicas, como Poço da Panela, Santana, Casa Forte, Torre e Vila Santa Luzia, o parque é apropriado de maneira desigual por diferentes grupos, revelando assimetrias de acesso e de uso. Este estudo, de abordagem histórico-social, analisa tais disparidades à luz dos conceitos de lugar, espaço, estratégia e tática propostos por Michel de Certeau (1998) e Henri Lefebvre (2001), especialmente no contexto de requalificação e concessão à iniciativa privada. Questiona-se, neste sentido, para quem e para quais finalidades são direcionadas as intervenções urbanísticas no parque ao longo da última década, especialmente diante de processos associados à “gourmetização” dos espaços públicos de lazer na cidade do Recife. Ao tensionar fontes institucionais e práticas cotidianas, busca-se compreender como determinadas estratégias de planejamento urbano produzem dinâmicas de exclusão e de segmentação espacial. Por fim, o estudo procura contribuir à reflexão sobre a memória coletiva e o papel dos espaços públicos como territórios de convivência, ressaltando a necessidade de promover formas mais inclusivas de apropriação que considerem a diversidade social, cultural e econômica dos sujeitos urbanos.

Palavras-chave: espaço urbano; espaço público; estratégia; gourmetização; Parque Santana; tática.

ABSTRACT

The Santana Ariano Suassuna Park, located in the northern zone of Recife, constitutes a public space that highlights socioeconomic tensions embedded in the production of urban space. Connecting distinct neighborhoods with diverse economic conditions—such as Poço da Panela, Santana, Casa Forte, Torre, and Vila Santa Luzia—the park is appropriated unevenly by different groups, revealing asymmetries in access and use. Adopting a historical-social approach, this study analyzes these disparities through the concepts of place, space, strategy, and tactic proposed by Michel de Certeau (1998) and Henri Lefebvre (2001), particularly within the context of redevelopment and concession to the private sector. In this sense, it questions for whom and for what purposes urban interventions in the park have been directed over the last decade, especially in light of processes associated with the "gourmetization" of public leisure spaces in the city of Recife. By tensioning institutional sources and everyday practices, this research seeks to understand how specific urban planning strategies produce dynamics of exclusion and spatial segmentation. Finally, the study aims to contribute to the reflection on collective memory and the role of public spaces as territories of conviviality, emphasizing the need to promote more inclusive forms of appropriation that consider the social, cultural, and economic diversity of urban subjects.

Keywords: urban space; public space; strategy; gourmetization; Santana Park; tactic.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Metodologia.....	12
3. Produção do espaço e práticas urbanas: bases teóricas.....	15
3.1 O Parque Santana entre o espaço planejado e o espaço vivido.....	16
3.2 Os desiguais no Parque Santana: uma leitura crítica da paisagem urbana.....	19
3.3 Espaços públicos e desigualdades socioespaciais.....	23
4. O Parque Santana Ariano Suassuna: contexto histórico e processo de urbanização.....	26
4.1 O Projeto Capibaribe e as contradições da produção do espaço urbano.....	28
4.2 Disparidades nos acessos do Parque Santana/Ariano Suassuna.....	32
5. (Re)configurações administrativas.....	35
5.1 Eventos gourmetizados e mercantilização do espaço público.....	38
5.2 Conexões entre gestão pública/privada e apropriação social.....	41
Considerações finais.....	44
Referências bibliográficas.....	49
Fontes jornalísticas e documentais.....	50
APÊNDICE A — DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTA DE IA.....	52

1. Introdução

A presente monografia tem como objeto de investigação o Parque Santana Ariano Suassuna e busca analisar suas reconfigurações socioespaciais no período de 2015 a 2025, procurando compreender como essas transformações tensionam sua condição de espaço público e influenciam as formas de acesso, uso e permanência de seus frequentadores. Para tanto, adota-se como principal referencial teórico a obra de Michel de Certeau (1998), especialmente seus conceitos de lugar, espaço, estratégia e tática, os quais possibilitam examinar as relações entre planejamento urbano e apropriações cotidianas.

Ao deslocar o olhar das estruturas institucionais para as experiências ordinárias dos sujeitos, Certeau propõe uma compreensão da cidade que ultrapassa sua dimensão física e administrativa. Em sua perspectiva, o lugar corresponde à ordem estabelecida, organizada segundo critérios técnicos e institucionais, enquanto o espaço emerge da ação daqueles que o percorrem, utilizam e ressignificam diariamente. Como afirma o autor, o espaço constitui um “lugar praticado” (Certeau, 1998, p. 202), resultado dos deslocamentos, percursos e experiências vividas pelos indivíduos. Essa abordagem permite compreender o Parque Santana não apenas como um equipamento urbano planejado, mas como uma realidade continuamente construída pelos múltiplos usos e significados produzidos por seus usuários.

Nessa perspectiva, as transformações ocorridas no parque ao longo da última década podem ser analisadas a partir da tensão entre estratégias e táticas. As estratégias correspondem às ações dos agentes que dispõem de um lugar próprio de poder, manifestando-se nos projetos de requalificação, nos modelos de gestão, nos regulamentos de uso e nas iniciativas voltadas à valorização do equipamento. As táticas, por sua vez, referem-se às práticas desenvolvidas pelos indivíduos que, mesmo submetidos a essas estruturas, produzem formas de utilização nem sempre previstas pelo planejamento institucional. Tal abordagem possibilita investigar como distintos segmentos sociais negociam, adaptam ou ressignificam os limites impostos pelas formas de ordenamento do espaço.

Complementarmente, as contribuições de Henri Lefebvre (2001; 2008) permitem compreender que essas práticas se desenvolvem em um espaço

atravessado por relações de poder, interesses econômicos e processos de segregação socioespacial. Para o autor, a organização da cidade não é neutra, podendo expressar mecanismos de diferenciação que condicionam o acesso aos recursos urbanos e às possibilidades de participação na vida coletiva. Essa perspectiva torna-se particularmente relevante para analisar como intervenções urbanísticas, políticas de ordenamento e projetos de requalificação podem produzir formas distintas de acesso e apropriação dos espaços públicos. Assim, a articulação entre Certeau e Lefebvre possibilita compreender o Parque Santana simultaneamente como um espaço planejado por agentes institucionais e como um território vivido, apropriado e disputado por seus usuários.

Desse modo, o estudo busca compreender como as reconfigurações do Parque Santana influenciam as possibilidades de acesso, circulação, permanência e apropriação do espaço por diferentes segmentos da população, evidenciando como as desigualdades urbanas se manifestam não apenas na distribuição dos recursos materiais da cidade, mas também nas formas pelas quais determinados grupos conseguem transformar um lugar planejado em espaço efetivamente vivido.

O Parque Santana Ariano Suassuna, localizado na zona norte do Recife, Pernambuco, é um equipamento urbano destinado ao lazer e à contemplação. O parque se encontra em uma área marcada por contrastes expressivos, articulando bairros como Santana, Poço da Panela, Casa Forte e Torre, além da comunidade Vila Santa Luzia. Essa configuração territorial não apenas evidencia a diversidade socioespacial da cidade, como também destaca diferentes formas de uso, circulação e permanência no espaço, revelando que aquilo que se apresenta como público nem sempre se realiza como plenamente acessível ou compartilhado.

Concebido em 1985 e ampliado em 2015 (Brasil, 2022), o parque passou, especialmente nas últimas décadas, por um processo de reconfiguração que foi além de intervenções físicas, deixando de ser só uma “área verde” para alcançar assim uma lógica de utilização social democrática. Nesse sentido, interessa compreender de que maneira essas transformações, articuladas entre o poder público e a iniciativa privada, tensionam a condição de espaço público. Coloca-se, portanto, a seguinte questão: em que medida a reconfiguração do Parque Santana,

mediada pela articulação entre o poder público e a iniciativa privada, redefine seu caráter de espaço público, produzindo formas diferenciadas de acesso e de uso?

Para dar conta dessas questões, o texto organiza-se em seções articuladas que estruturam o percurso analítico da investigação. A seção 3 apresenta os referenciais teóricos sobre produção do espaço e práticas urbanas, enquanto a seção 4 discute os espaços públicos e as desigualdades socioespaciais. A seção 5 situa histórica e socialmente o Parque Santana Ariano Suassuna como objeto empírico da pesquisa. Na seção 6, são analisadas as disparidades de acesso e circulação no parque, evidenciando diferenças de infraestrutura, mobilidade e pertencimento urbano. A seção 7 examina as reconfigurações sociais e administrativas do espaço a partir das práticas cotidianas e das intervenções urbanas recentes. Em seguida, a seção 8 problematiza os processos de gourmetização e mercantilização do espaço público por meio da realização de eventos voltados ao consumo. Por fim, a seção 9 discute as tensões entre gestão pública e privada e as formas de apropriação social do parque.

A relevância deste estudo manifesta-se em duas dimensões complementares. De um lado, contribui para a compreensão das formas contemporâneas de produção das desigualdades urbanas, tomando o espaço público como categoria de análise. De outro lado, oferece subsídios para o debate sobre políticas urbanas, especialmente quanto à necessidade de construir espaços mais inclusivos, capazes de acolher a diversidade social sem reproduzir, em sua organização, as hierarquias e violências que marcam a sociedade brasileira.

2. Metodologia

A articulação entre História e Geografia orienta a presente análise do Parque Santana Ariano Suassuna, por oferecer um suporte teórico-metodológico capaz de compreendê-lo para além de sua materialidade imediata e de sua condição de equipamento urbano contemporâneo. Tal entendimento aproxima-se da proposta de Maurício Abreu, discutida por Gomes (2016), que recusa a tradicional divisão entre uma Geografia voltada exclusivamente ao presente e uma História restrita ao passado, defendendo a integração entre sincronia e diacronia, entre processo social e forma espacial (Gomes, 2016, p. 213, 217–218).

Dessa forma, o parque é analisado como uma espacialidade historicamente produzida, na qual as formas e usos atuais são atravessados por permanências, rupturas e continuidades que expressam temporalidades distintas (Abreu, 2013, apud Gomes, 2016, p. 191). Tal abordagem possibilita interpretar as dinâmicas de apropriação, as desigualdades de acesso e os conflitos de uso observados no parque como manifestações de processos mais amplos de produção do espaço urbano recifense. Assim, a cidade e seus espaços livres públicos podem ser compreendidos como um acúmulo de tempos, em que o passado não apenas permanece inscrito na paisagem, mas também continua atuando ativamente na conformação das práticas, representações e significados do presente (Gomes, 2016, p. 231).

Para atender aos objetivos da pesquisa, foram analisados periódicos de grande circulação no Recife, especialmente o *Diário de Pernambuco*, abrangendo o período de 1985 a 2025. A análise dessas fontes foi realizada por meio de uma abordagem heurística, considerando reportagens, colunas e matérias sobre urbanismo como documentos históricos capazes de revelar os debates, interesses e expectativas relacionados ao espaço que hoje corresponde ao Parque Santana Ariano Suassuna. Mais do que registrar acontecimentos, esses periódicos permitem compreender as diferentes formas pelas quais o parque foi pensado, planejado, representado e apropriado ao longo do tempo, evidenciando o processo que o consolidou como um importante espaço de lazer e referência para a cidade do Recife. A análise dessas fontes possibilita compreender que os acontecimentos

relacionados ao parque não foram registrados de forma homogênea pela imprensa. Desde sua concepção, em 1985, o equipamento esteve inserido em debates políticos acerca da expansão urbana, da preservação ambiental e do papel do poder público na produção e na gestão de espaços de lazer na cidade do Recife. Ao longo de sua trajetória, diferentes jornais, colunistas e repórteres construíram narrativas distintas sobre esse espaço, ora enfatizando aspectos como modernização, ordem e valorização do espaço público, ora evidenciando conflitos, tensões sociais e impactos sobre os grupos que tradicionalmente utilizavam o local e seus arredores.

Essa pluralidade de representações tornou-se ainda mais significativa com a concessão do parque à iniciativa privada no ano de 2025. Tal mudança reatualiza discussões sobre o uso, a gestão e a função social dos espaços públicos, evidenciando disputas entre interesses econômicos, políticas urbanas e práticas cotidianas de apropriação do espaço.

Nesse contexto, a diversidade de discursos veiculados pela imprensa local indica que os jornais não atuaram apenas como registros factuais dos acontecimentos, mas também como agentes ativos na produção e circulação de sentidos sobre o parque e seu entorno. Desse modo, os periódicos constituem documentos fundamentais para esta investigação, por permitirem analisar não apenas os fatos noticiados, mas também os interesses, perspectivas e disputas simbólicas que acompanharam tanto a criação quanto as sucessivas reconfigurações do Parque Santana ao longo de sua história.

Ademais, recorre-se à documentação técnico-institucional (Parque Santana Ariano Suassuna: Anexo A - Caracterização do Parque, Entorno e Área da Concessão) produzida no contexto da modelagem para concessão do Parque Santana Ariano Suassuna, elaborada por meio da parceria entre a Prefeitura do Recife e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tal documentação constitui importante suporte para a pesquisa, ao reunir dados sistematizados sobre a configuração territorial, a infraestrutura, os usos sociais e as condições ambientais do parque, permitindo uma leitura mais abrangente de sua materialidade e de suas dinâmicas de funcionamento. Contudo, sua utilização não se restringe ao fornecimento de informações descritivas. O documento é igualmente

analisado como produto de um determinado contexto político e administrativo, expressando concepções específicas de planejamento, gestão e intervenção sobre o espaço público. A documentação técnico-institucional é mobilizada tanto para subsidiar a caracterização do objeto investigado quanto para problematizar os processos de reconfiguração urbana em curso, evidenciando as racionalidades e os interesses que orientam as propostas de transformação do parque.

A análise das fontes orienta-se pelos pressupostos da análise documental propostos por André Cellard (2008). Segundo o autor, os documentos não devem ser compreendidos apenas como registros neutros dos acontecimentos, mas como produções históricas situadas, elaboradas em contextos específicos e atravessadas por interesses, intencionalidades e condições particulares de produção. Nessa perspectiva, a interpretação documental exige atenção ao contexto de elaboração da fonte, à identidade de seus autores, aos destinatários, à natureza do texto, aos conceitos empregados e aos interesses que permeiam sua produção (Cellard, 2008, p. 299–301).

Dessa forma, os periódicos e documentos institucionais analisados não são tomados apenas como repositórios de informações factuais sobre o Parque Santana. Busca-se compreender as representações, disputas simbólicas e racionalidades presentes em seus discursos, identificando como diferentes agentes sociais produziram narrativas acerca do equipamento urbano e de suas transformações. Tal procedimento permite articular as mudanças materiais observadas no parque às formas pelas quais elas foram interpretadas, justificadas ou contestadas ao longo do período investigado.

3. Produção do espaço e práticas urbanas: bases teóricas

Partindo da premissa de que a cidade é continuamente produzida pelas práticas de seus usuários, Michel de Certeau (1998) desenvolve uma reflexão sobre os modos pelos quais os sujeitos se apropriam dos espaços urbanos no cotidiano. O autor distingue os conceitos de lugar e espaço para demonstrar que os ambientes urbanos não são constituídos apenas por sua materialidade, mas também pelos usos que deles fazem seus frequentadores. “O lugar corresponde a uma ordem que organiza a coexistência dos elementos em posições próprias e distintas, constituindo uma configuração relativamente estável na qual cada elemento ocupa uma localização determinada” (Certeau, 1998, p. 201). O espaço, por sua vez, é definido como um “lugar praticado”, produzido pelas ações, deslocamentos e experiências dos sujeitos em seu cotidiano (Certeau, 1998, p. 201–202).

Nessa perspectiva, a produção do espaço urbano é moldada dentro de um plano cartesiano onde abscissas e ordenadas correspondem ao que o autor chama de “estratégias e táticas”. As estratégias são associadas aos agentes que dispõem de um lugar próprio de poder, a partir do qual podem planejar, ordenar e controlar o território. Segundo Certeau, estratégia é o cálculo das relações de força que se torna possível quando um sujeito de querer e poder pode ser isolado de um ambiente e operar a partir de uma base própria (Certeau, 1998, p. 46). No contexto urbano, elas se manifestam por meio de políticas públicas, projetos urbanísticos, regulamentos de uso, dispositivos de vigilância e mecanismos de gestão que procuram organizar a vida coletiva segundo finalidades previamente definidas.

As táticas, em contrapartida, correspondem às práticas desenvolvidas pelos sujeitos que não dispõem desse lugar próprio. Diferentemente das estratégias, elas não possuem uma base estável a partir da qual possam agir. Sua atuação ocorre no interior dos espaços organizados por outros, aproveitando oportunidades momentâneas e explorando as brechas existentes nas estruturas de poder. Para Certeau, a tática é um cálculo que não pode contar com um próprio, realizando-se sempre no terreno do outro (Certeau, 1998, p. 46; p. 100). É nesse contexto que emerge a astúcia cotidiana, entendida como a capacidade de utilizar criativamente

os recursos disponíveis para contornar restrições e produzir formas alternativas de apropriação do espaço (Certeau, 1998, p. 100–102).

Dessa forma, os conceitos de lugar, espaço, estratégia e tática permitem compreender como os sujeitos produzem usos diferenciados dos espaços urbanos, mesmo quando estes são concebidos e organizados por instituições dotadas de poder. A cidade, então, na perspectiva do autor, não é apenas o resultado do planejamento técnico e administrativo, mas também das práticas cotidianas que constantemente reinterpretem seus significados e funções.

3.1 O Parque Santana entre o espaço planejado e o espaço vivido

Enquanto equipamento urbano implantado pelo poder público, o Parque Santana Ariano Suassuna pode ser compreendido, inicialmente, a partir da noção de lugar formulada por Michel de Certeau. Sua configuração física, os equipamentos esportivos e de lazer, os acessos, os horários de funcionamento e as normas de utilização expressam uma ordem espacial organizada segundo princípios de planejamento e gestão institucional. Nessa perspectiva, o parque apresenta-se como uma disposição relativamente estável de elementos distribuídos segundo funções previamente definidas, característica que aproxima sua organização daquilo que Certeau denomina lugar (Certeau, 1998, p. 201).

Todavia, a análise das práticas e usos associados ao parque revela uma realidade mais complexa do que aquela sugerida por uma oposição rígida entre estratégias e táticas. Embora Certeau destaque a capacidade dos usuários de produzir espaços por meio de suas práticas cotidianas, tais práticas desenvolvem-se em ambientes previamente organizados por estratégias que procuram orientar, disciplinar e definir formas legítimas de utilização do território (Certeau, 1998, p. 99–101). Essa questão torna-se particularmente relevante ao se observarem as atividades que atualmente caracterizam a dinâmica do Parque Santana. Conforme registrado na documentação técnica produzida para o processo de concessão do equipamento, o parque dispõe de infraestrutura voltada à realização de atividades esportivas, recreativas e de convivência, sendo reconhecido como importante espaço de lazer urbano e integração social (Brasil, 2022).

À primeira vista, a intensa circulação de usuários e a diversidade de atividades desenvolvidas no Parque Santana Ariano Suassuna poderiam ser interpretadas como expressões da apropriação coletiva do espaço público. Entretanto, a documentação institucional evidencia que parte dessas práticas é condicionada por um conjunto de intervenções planejadas, equipamentos especializados e estratégias de gestão concebidos para estimular determinados usos e padrões de ocupação do parque. Entre essas intervenções destacam-se a implantação de equipamentos esportivos especializados, como a quadra de tênis, a pista de bicicross e o surfskate park; a promoção de grandes eventos culturais e gastronômicos, a exemplo do Natal para Sempre e dos festivais realizados no parque; a delegação da gestão ao Instituto de Gestão do Esporte e da Cultura (IGEC); e a perspectiva de concessão dos serviços públicos proposta pelo BNDES, voltada à modernização, ampliação da visitação e exploração de atividades econômicas. Embora essas iniciativas não impeçam a apropriação cotidiana do espaço pelos diferentes frequentadores, elas evidenciam que o parque passou a ser organizado segundo diretrizes que privilegiam determinadas práticas de lazer, consumo e sociabilidade. Assim, as formas de apropriação observadas no local não decorrem exclusivamente das iniciativas espontâneas dos usuários, mas também de escolhas políticas e administrativas que contribuem para uma reconfiguração seletiva do espaço público, favorecendo determinados perfis de uso e de público.

Essa seletividade não se manifesta pela exclusão formal de grupos sociais, mas pela indução de usos considerados mais compatíveis com o modelo de parque concebido pelo poder público. A priorização de equipamentos voltados a modalidades esportivas específicas, a intensificação de eventos culturais associados ao consumo e a adoção de um modelo de gestão orientado pela sustentabilidade econômica revelam uma concepção de espaço público que, embora permaneça juridicamente acessível a todos, tende a favorecer práticas e formas de permanência mais próximas dos segmentos de maior poder aquisitivo, em detrimento das apropriações cotidianas tradicionalmente desenvolvidas pela população do entorno.

A sociabilidade, assim, deixa de ser compreendida exclusivamente como resultado das iniciativas cotidianas dos frequentadores e é também mediada por estruturas, equipamentos e atividades previamente planejadas. O lazer, a recreação e a convivência são favorecidos por intervenções que procuram qualificar e organizar o uso do espaço, evidenciando a presença de estratégias voltadas à produção de determinadas formas de interação social.

Essa discussão adquire maior relevância quando considerada a localização do parque no contexto urbano recifense. De acordo com o documento de caracterização elaborado para o processo de concessão, o Parque Santana situa-se em uma área de interface entre bairros de maior renda, como Santana, Casa Forte e Poço da Panela, e a comunidade Vila Santa Luzia, caracterizada por condições socioeconômicas mais vulneráveis (Brasil, 2022). O próprio documento destaca que essa posição confere ao equipamento potencial para promover a convivência entre usuários provenientes de diferentes realidades sociais.

A documentação também ressalta a importância da passarela Santana–Vila Santa Luzia como elemento fundamental de integração territorial, permitindo que moradores da margem oposta do Rio Capibaribe tenham acesso direto aos equipamentos esportivos e de lazer do parque (Brasil, 2022). Nesse sentido, além de sua função recreativa, o equipamento desempenha papel relevante na mobilidade cotidiana e na articulação entre diferentes setores da cidade.

É justamente nesse ponto que a leitura certauniana se torna particularmente fecunda. Se as estratégias manifestam-se no planejamento, na infraestrutura e nas formas institucionais de organização do parque, as táticas podem ser compreendidas como os usos concretos que os indivíduos realizam a partir dessas condições previamente estabelecidas. Os deslocamentos cotidianos, os percursos realizados pelos usuários e as múltiplas formas de utilização dos equipamentos evidenciam que o espaço não se reduz à intenção dos planejadores, sendo continuamente produzido pelas práticas daqueles que o percorrem e utilizam.

Entretanto, a análise do Parque Santana sugere uma situação que exige certa cautela diante das interpretações mais otimistas frequentemente associadas à obra de Certeau. Não se observa necessariamente o desaparecimento das táticas, mas

sim uma ampliação da capacidade das estratégias contemporâneas de incorporar e orientar práticas que poderiam emergir de forma mais autônoma. Em vez de atuar exclusivamente por meio da disciplina ou da restrição, as estratégias passam a organizar experiências de lazer, convivência e sociabilidade, produzindo formas institucionalmente mediadas de apropriação do espaço.

Desse modo, a tensão entre estratégia e tática permanece presente, mas manifesta-se sob condições históricas particulares. O Parque Santana, na sua estrutura social, evidencia um contexto em que planejamento, gestão e apropriação cotidiana coexistem de forma cada vez mais interdependente, tornando menos nítidas as fronteiras entre as práticas produzidas pelos usuários e aquelas estimuladas pelas próprias instituições responsáveis pela organização do espaço urbano.

3.2 Os desiguais no Parque Santana: uma leitura crítica da paisagem urbana

Nosso intuito de compreender os espaços públicos implica em ir além de sua função aparente de convivência coletiva; buscamos então apreender as formas pelas quais são produzidos, apropriados e, muitas vezes, organizados seletivamente. Sob essa ótica crítica, o estudo fundamenta-se nas formulações de Henri Lefebvre (2001), argumentando que as necessidades urbanas não surgem de forma espontânea, mas são historicamente produzidas no âmbito das relações capitalistas. Ao serem moldadas por um espaço urbano já estruturado segundo as exigências do capital, tais carências passam a se apresentar como naturais, escondendo o fato de que são, fundamentalmente, construções sociais.

Complementando esse cenário histórico-interpretativo, temos, nos escritos de Henri Lefebvre (2008), a ideia de que a cidade surge a partir da destruição de formas sociais anteriores e de que não se pode “por decreto” cercear as relações humanas comuns à cidade, o que nos ajuda a olhar para o Parque Santana de um jeito menos ingênuo no tocante à sua natureza social. Não se trata apenas de um espaço que “sempre esteve ali” ou que surgiu naturalmente para o lazer da população, mas de um território que passou por transformações marcadas por disputas, reorganizações e mudanças no uso do solo. “Se é necessário ser exato, o

arquiteto, não mais do que um sociólogo, não tem os poderes de um taumaturgo. Nem um nem outro cria relações sociais” (Lefebvre, 2008, p. 109).

Essa produção desigual do espaço pode ser percebida na própria paisagem do Parque Santana. A Figura 1 apresenta uma vista aérea da área de estudo, evidenciando a coexistência de diferentes formas de ocupação urbana em margens opostas do Rio Capibaribe, cuja análise será aprofundada adiante.

Figura 1 – Foto aérea de Recife, com vista para o Parque Santana.



Fonte: BNDES (2022, p. 12). Adaptado pelo autor com auxílio de Inteligência Artificial (OpenAI ChatGPT), 2026.

A figura acima representa o Parque Santana Ariano Suassuna. Quando analisada como documento histórico e espacial, ela permite identificar aspectos fundamentais da produção desigual do espaço urbano recifense, revelando dinâmicas que nem sempre são perceptíveis em observações superficiais. Neste estudo, a imagem é compreendida como uma metodologia de análise histórica, e não apenas como elemento ilustrativo, sendo tratada como uma fonte documental que permite identificar e interpretar as relações sociais, econômicas e políticas inscritas na paisagem ao longo do tempo. Nessa perspectiva, os registros visuais constituem documentos históricos que permitem analisar formas de produção,

apropriação e transformação do espaço urbano, revelando práticas sociais, relações de poder e representações construídas em diferentes contextos históricos. Tal compreensão aproxima-se da crítica formulada por Meneses (2003), ao afirmar que a imagem não deve ser utilizada como “mera confirmação muda de conhecimento produzido a partir de outras fontes” nem como simples recurso destinado a “criar clima” ou reforçar esteticamente um texto (Meneses, 2003, p. 20-21). Para o autor, o interesse do historiador deve voltar-se para a visualidade enquanto dimensão da vida social, capaz de fornecer indícios sobre os processos históricos que se materializam na paisagem e nas experiências coletivas.

Observa-se que o parque ocupa uma posição estratégica entre duas realidades urbanas distintas, separadas pelo rio Capibaribe. Na margem correspondente ao bairro de Santana, verifica-se uma ocupação caracterizada por menor densidade construtiva, maior presença de áreas verdes e de infraestrutura urbana, associada a processos históricos de valorização imobiliária. Por outro lado, na margem voltada para o bairro de Santa Luzia, identifica-se uma malha urbana mais compacta e densamente ocupada, caracterizada por lotes menores e menor disponibilidade de espaços livres. Embora geograficamente próximos, os dois territórios apresentam condições diferenciadas de acesso aos benefícios decorrentes da urbanização.

Essa configuração espacial demonstra que o rio Capibaribe não atua apenas como elemento natural da paisagem, mas também como uma fronteira socioespacial. A proximidade física entre os bairros contrasta com as desigualdades observáveis na forma de ocupação do solo, na distribuição dos equipamentos urbanos e na qualidade do ambiente construído. O que se apresenta na figura é a materialização de processos históricos de produção da cidade que favoreceram determinados grupos sociais em detrimento de outros, resultando em uma urbanização profundamente desigual.

A figura 1 torna-se ainda mais significativa quando relacionada às reflexões de Henri Lefebvre (2001) sobre a produção do espaço urbano e os mecanismos de segregação socioespacial. Para o autor, a segregação constitui uma das expressões

mais evidentes da produção desigual do espaço, manifestando-se na separação de grupos sociais em territórios distintos e na distribuição desigual dos recursos urbanos. Longe de ser um fenômeno espontâneo, Lefebvre argumenta que a segregação frequentemente assume um caráter “programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)” (Lefebvre, 2001, p. 97), revelando como determinadas intervenções urbanísticas podem atuar como instrumentos de ordenamento e diferenciação social. Nesse sentido, a configuração dos acessos, equipamentos e formas de uso do Parque Santana pode ser compreendida não apenas como resultado de escolhas técnicas, mas também como expressão de relações de poder que influenciam quem usufrui plenamente dos benefícios do espaço urbano. Ao analisar a fragmentação da vida urbana, Lefebvre destaca que a segregação extrapola a esfera da moradia e alcança todas as dimensões da experiência cotidiana, afirmando que “o lazer tem seus guetos” (Lefebvre, 2001, p. 98). Tal reflexão permite problematizar os processos de valorização e requalificação observados no entorno do parque, sugerindo que os espaços destinados ao lazer e à convivência também podem reproduzir distinções sociais, limitando ou condicionando o acesso de determinados grupos aos recursos simbólicos e materiais da cidade.

Embora o Parque Santana esteja situado em uma área de contato entre diferentes territórios da cidade, a imagem evidencia que a proximidade geográfica não elimina as distâncias sociais historicamente construídas. O contraste entre a ocupação mais valorizada do bairro de Santana e a maior densidade construtiva observada em Santa Luzia revela justamente o que Lefebvre identifica como a fragmentação do espaço urbano em áreas socialmente diferenciadas.

Sendo assim, o rio Capibaribe deixa de ser apenas um elemento natural da paisagem e representa uma fronteira simbólica e social que expressa processos históricos de segregação. Conforme observa Lefebvre:

“Os poderes públicos, num país democrático, não podem decretar publicamente a segregação como tal. Assim, frequentemente, adotam uma ideologia humanista que se transforma em utopia no sentido mais desusado, quando não em demagogia” (Lefebvre, 2001, p. 98).

A observação do autor permite compreender que a segregação urbana não se estabelece necessariamente por meio de medidas explícitas de exclusão, mas por meio da distribuição desigual dos investimentos, da infraestrutura e das

oportunidades urbanas. A imagem permite visualizar concretamente a crítica lefebvriana à cidade fragmentada, na qual diferentes grupos compartilham o mesmo espaço urbano, mas vivenciam desigualmente o direito à cidade. O contraste visível entre as duas margens do rio demonstra que a cidade do Recife é pensada de maneira desigual, concentrando investimentos, infraestrutura e oportunidades em determinados territórios, enquanto outros permanecem historicamente marcados por carências urbanas. A paisagem observada, portanto, não representa apenas diferenças arquitetônicas ou morfológicas, mas também a própria materialização de relações de poder.

Nesse sentido, o Parque Santana é parte desse processo maior, no qual o espaço é constantemente produzido e redefinido. O que hoje aparece como área de lazer, prática esportiva e convivência também está ligado a uma lógica de valorização urbana e reorganização da vida cotidiana. Ou seja, aquilo que parece “natural”, o parque como lugar de uso público, na verdade, carrega uma história de intervenções e interesses que moldam como as pessoas utilizam e entendem esse espaço. Como afirma Lefebvre, “a vida urbana ainda não começou” (Lefebvre, 2008, p. 108). O que indica que a realização plena da experiência urbana permanece incompleta diante das contradições produzidas pela lógica capitalista e da apropriação desigual da cidade.

Assim, pensar os espaços livres públicos implica compreendê-los não apenas como estruturas físicas, mas também como territórios de disputa simbólica e social, nos quais o cotidiano revela tanto mecanismos de controle quanto possibilidades de resistência e reinvenção da vida urbana.

3.3 Espaços públicos e desigualdades socioespaciais

A análise dos espaços públicos urbanos permite problematizar as múltiplas relações que atravessam sua constituição e seus usos, evidenciando como questões sociais, políticas e econômicas podem influenciar as formas de acesso, permanência e apropriação desses ambientes. No contexto das cidades contemporâneas, diferentes agentes disputam a definição dos usos considerados legítimos para esses espaços, produzindo tensões entre interesses coletivos e projetos de valorização econômica. Conforme observa Harvey, a urbanização

desempenha papel fundamental na reprodução do capitalismo. Nesse sentido, espaços como o Parque Santana podem ser compreendidos como territórios atravessados por disputas em torno do acesso, da circulação e das possibilidades de usufruto da cidade. Como destaca o autor, a urbanização tem ocorrido “ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade” (Harvey, 2014, p. 59).

A compreensão dessas disputas exige, contudo, uma reflexão prévia sobre a própria natureza dos espaços públicos e sobre as funções que desempenham na dinâmica urbana. Para compreender os usos e significados atribuídos ao Parque Santana Ariano Suassuna, torna-se necessário considerar a noção de espaço livre enquanto elemento constitutivo da cidade. Nessa direção, Sá Carneiro e Mesquita (2000) definem os espaços livres como áreas marcadas pela reduzida presença de edificações, desempenhando “funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental” (Sá Carneiro; Mesquita, 2000, p. 24).

Entretanto, a compreensão dos espaços livres não pode limitar-se às suas características físicas ou funcionais. Embora a definição de Sá Carneiro e Mesquita enfatize suas funções urbanas, paisagísticas e ambientais, Albuquerque acrescenta a essa discussão uma dimensão voltada às práticas sociais que neles se desenvolvem. Segundo a autora, os espaços livres públicos devem ser “acessíveis a toda a população” e constituir um “espaço de materialização das relações sociais” (Albuquerque, 2006, p. 54). Sua relevância, portanto, não decorre apenas da infraestrutura que oferecem, mas também da possibilidade de promover encontros, convivências e experiências compartilhadas no ambiente urbano.

É justamente nessa perspectiva que o Parque Santana é compreendido nesta pesquisa. Mais do que um equipamento de lazer, o parque constitui um espaço potencial de convivência social, no qual diferentes sujeitos estabelecem relações cotidianas mediadas por práticas culturais, esportivas, recreativas e de circulação. Tal compreensão aproxima-se das reflexões de Ivan Illich (1975) sobre a convivialidade, entendida como condição necessária para o desenvolvimento de relações sociais autônomas e criativas. Para o autor, a qualidade dos espaços de

convivência não depende exclusivamente da oferta de equipamentos ou serviços, mas da capacidade de favorecer interações livres entre os indivíduos e destes com o ambiente que compartilham. Ao refletir sobre os limites da sociedade industrial, Illich afirma:

“Escolho o termo ‘convivialidade’ para designar o oposto da produtividade industrial. Pretendo que ele signifique a interação autônoma e criativa entre as pessoas, bem como a interação das pessoas com seu ambiente; e isso em contraste com a resposta condicionada dos indivíduos às exigências que lhes são impostas por outros e por um ambiente criado pelo homem. Considero a convivialidade como a liberdade individual realizada na interdependência pessoal e, como tal, um valor ético intrínseco. Acredito que, em qualquer sociedade, à medida que a convivialidade é reduzida abaixo de um certo nível, nenhuma quantidade de produtividade industrial pode satisfazer efetivamente as necessidades que ela própria cria entre os membros da sociedade.” p.24

A partir dessa perspectiva, a convivialidade pode ser compreendida como um elemento fundamental para avaliar a efetiva condição pública de determinados espaços urbanos. Não importa apenas a existência física do parque ou a ampliação de sua infraestrutura, mas também as possibilidades de interação autônoma, apropriação criativa e construção de vínculos sociais que ele proporciona. Dessa forma, o grau de autonomia permitido ou restringido pelas formas de gestão e organização do Parque Santana torna-se um aspecto relevante para compreender como diferentes grupos sociais vivenciam, ocupam e atribuem sentidos ao espaço, especialmente aqueles que historicamente enfrentam maiores obstáculos ao pleno exercício do direito à cidade.

4. O Parque Santana Ariano Suassuna: contexto histórico e processo de urbanização

O bairro de Santana, localizado na Zona Norte do Recife e situado à margem esquerda do Rio Capibaribe, surgiu como um prolongamento do bairro de Casa Forte, dando nome ao parque (a Lei Municipal 18.118/15 acrescentou Ariano Suassuna em 2015) (Brasil, 2022). Caracteriza-se como uma área predominantemente residencial de pequeno porte, onde coexistem casas térreas e edifícios de alto padrão, tanto habitacionais quanto comerciais (Brasil, 2022, p. 4, 7). Socioeconomicamente, a região é ocupada majoritariamente pela classe média-alta, apresentando índices de alfabetização próximos da universalização e uma densidade demográfica de aproximadamente 64,65 habitantes por hectare (Brasil, 2022, p. 4, 6).

A dinâmica populacional do bairro revela uma predominância de adultos e uma expressiva presença de idosos (cerca de 17% da população local), influenciando a vocação dos espaços públicos da região (Brasil, 2022, p. 4). Em termos de infraestrutura urbana, Santana é dotado de diversos equipamentos educacionais e praças arborizadas, como as praças Everaldo Bidou Lambbe e Jornalista Francisco Pessoa de Queiroz, embora o miolo do bairro apresente uma integração limitada à malha de transporte público municipal (Brasil, 2022, p. 6, 8, 9).

É nesse cenário que se insere o Parque Santana Ariano Suassuna, concebido como um equipamento estruturador da margem norte do Rio Capibaribe e como um espaço destinado ao lazer, à contemplação e à convivência pública. Sua localização, em uma área marcada por elevada valorização imobiliária e por importantes equipamentos urbanos, contribuiu para consolidá-lo como referência para moradores do bairro e de outras regiões da cidade. Entretanto, sua inserção territorial também evidencia as desigualdades existentes no entorno, uma vez que o parque estabelece contato direto com realidades socioespaciais distintas, como o bairro de Santana e a Vila Santa Luzia, revelando que sua apropriação extrapola a dimensão física e se constitui como resultado de relações sociais, econômicas e políticas que se expressam no espaço urbano.

Fisicamente, o equipamento revela-se não apenas em suas funções de lazer e ambientais, mas também nas disputas e usos que o atravessam cotidianamente.

Atualmente, com cerca de 60 mil metros quadrados, o parque é composto majoritariamente por áreas abertas, com campos de grama e árvores de médio e grande porte, cuja maior concentração se dá nas proximidades do Rio Capibaribe. Essa organização paisagística, ainda que planejada, não se realiza de forma homogênea em seu uso, sendo constantemente reinterpretada pelos frequentadores.

A estrutura interna do parque é organizada por uma rede de caminhos que conectam seus diferentes equipamentos, como pista de cooper, ciclovia e áreas esportivas, definindo, a princípio, um ordenamento funcional dos fluxos de quem o utiliza. Essa organização também pode ser compreendida, à luz de Michel de Certeau (1998), como uma estratégia: uma tentativa institucional de controlar, ordenar e conferir legibilidade ao espaço. No entanto, fica evidente que esse ordenamento é frequentemente tensionado pelas práticas cotidianas dos usuários, como a criação de trajetos informais sobre o gramado ou os conflitos entre pedestres, ciclistas e até motocicletas. Essas práticas desviantes configuram o que Certeau (1998) denomina como as já citadas táticas, ou seja, formas de apropriação que escapam ao planejamento e reinventam o espaço a partir do uso.

Do ponto de vista da infraestrutura, o parque dispõe de diversos equipamentos, como campo de futebol, quadras, pista de skate e bicicross, academias ao ar livre, áreas infantis, lanchonetes e sanitários, evidenciando uma tentativa de atender a múltiplos públicos e usos. Essa diversidade reforça uma lógica estratégica de organização do espaço, com funções previamente definidas para cada setor. Contudo, na prática, áreas subutilizadas, espaços deteriorados e zonas de conflito demonstram que o parque é constantemente reconfigurado pelas ações de frequentadores e administradores, ressignificando seus usos e sentidos no cotidiano e na gestão do espaço.

A própria paisagem do parque evidencia essa tensão. A forte incidência solar e a insuficiência de áreas sombreadas fazem com que certos pontos sejam mais intensamente apropriados que outros, concentrando fluxos e permanências em regiões específicas (Brasil, 2022). Assim, enquanto o planejamento paisagístico distribui funções e possibilidades de uso de maneira relativamente uniforme

(estratégia), os usuários selecionam, ocupam e ressignificam os espaços a partir de suas necessidades concretas (tática), produzindo uma geografia desigual do uso no próprio parque.

Além disso, sua relação com o Rio Capibaribe reforça o caráter híbrido entre natureza e cidade, ainda que o parque seja predominantemente resultado de uma construção antrópica, com vegetação implantada e organizada segundo critérios paisagísticos. Essa condição também impõe limites físicos, como o risco de inundações (Brasil, 2022), que interferem diretamente na forma como o espaço é utilizado e apropriado.

4.1 O Projeto Capibaribe e as contradições da produção do espaço urbano

A história recente das intervenções urbanas nas margens do rio Capibaribe revela que os projetos de requalificação da paisagem recifense estiveram inseridos em disputas mais amplas acerca dos usos e significados do espaço urbano. Reportagens do Diário de Pernambuco constituem um importante registro para compreender a origem e a implantação do Parque Santana Ariano Suassuna. Por meio de matérias publicadas em 1985, é possível acompanhar o processo de formulação do projeto, os discursos que justificaram sua construção e as expectativas criadas em torno do novo equipamento urbano. Esses registros inserem o parque em um contexto mais amplo de reconfiguração da cidade do Recife durante os primeiros anos da redemocratização brasileira. Foi nesse cenário que o prefeito Joaquim Francisco Cavalcanti (PDS) anunciou, em maio de 1985, a criação do parque, prevendo sua inauguração ainda durante sua gestão.

O processo de desapropriação das áreas situadas às margens do rio Capibaribe, justificado pelo discurso de requalificação urbana sob um financiamento institucional, não correspondeu integralmente às expectativas sociais inicialmente projetadas. Observa-se, ao longo da execução, uma redução progressiva da população vulnerável contemplada em cada fase do projeto, ao passo que se ampliavam as oportunidades especulativas de atuação do mercado imobiliário, que

passou a adquirir terrenos a baixo custo para a construção de empreendimentos de alto padrão, contribuindo para a elitização do bairro em expansão.

Elaborado em 1979, o Projeto Capibaribe representou uma das mais ambiciosas iniciativas de intervenção urbana voltadas para as margens do rio Capibaribe. Apresentado como uma estratégia de ocupação planejada de uma das últimas grandes reservas de terras da área central do Recife, o projeto previa a implantação de habitações, infraestrutura urbana, áreas de lazer e parques públicos em uma extensão de 235,6 hectares. Ao mesmo tempo, propunha alterações no próprio curso do rio, por meio da retificação de seu leito, revelando uma lógica de produção do espaço que buscava adequar a paisagem natural às demandas do desenvolvimento urbano e da valorização da cidade (Rozowykwiat, 1985).

Nesse contexto, as margens do rio constituíam não apenas uma fronteira física, mas também uma fronteira social. De um lado, encontravam-se comunidades marcadas pela precariedade do acesso à moradia, saneamento, saúde e demais serviços urbanos; do outro, setores sociais que viam na intervenção estatal uma oportunidade de qualificação paisagística, ampliação do lazer e valorização patrimonial.

Em matéria publicada pelo Diário de Pernambuco em 1985 fica evidente que essas contradições já eram percebidas por diferentes atores sociais à época. Embora o Projeto Capibaribe tivesse sido apresentado como uma iniciativa voltada para a recuperação urbana e melhoria das condições de vida da população ribeirinha, diversas críticas apontavam para a predominância de interesses imobiliários. Segundo o sociólogo Álvaro Pantoja, o programa caminhava em direção oposta aos seus objetivos iniciais, uma vez que promovia a substituição gradual das populações pobres por empreendimentos voltados às camadas de maior renda. Em suas palavras, o rio estaria sendo “privatizado”, sendo retirado da população mais pobre para ser entregue aos grupos socialmente privilegiados (Rozowykwiat, 1985, p.A14).

Essa dinâmica evidencia aquilo que Lefebvre (2008) identifica como a subordinação do valor de uso ao valor de troca na produção do espaço. “O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é

a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro)” (Lefebvre, 2008, p. 12). As áreas ribeirinhas, antes apropriadas como espaços de moradia e sobrevivência cotidiana, são percebidas prioritariamente como ativos urbanos capazes de gerar renda e valorização imobiliária. O espaço deixa de ser concebido como bem coletivo e transforma-se em mercadoria. Nesse processo, o Estado assume papel central ao direcionar investimentos públicos para territórios estratégicos, contribuindo para a elevação dos preços da terra e para a redefinição dos públicos considerados legítimos para ocupar esses locais.

As denúncias referentes à chamada “expulsão branca” dos moradores das favelas ilustram esse movimento. Conforme registrou a reportagem, famílias foram indenizadas para desocupar áreas valorizadas, mas muitas acabavam ocupando outras áreas precárias da cidade, reproduzindo o ciclo de exclusão socioespacial (Rozowykiat, 1985, p. A14). Assim, a remoção não eliminava os problemas urbanos; apenas deslocava territorialmente as populações mais vulneráveis. A modernização urbana, nesse sentido, apresentava-se como mecanismo seletivo de reorganização espacial.

Dessa maneira, compreendemos que os processos de gentrificação observados no entorno do Parque Santana na sua concepção, e as intervenções recentes ora justificadas pela ampliação do lazer, da qualidade ambiental e da segurança, participam de um movimento mais amplo de valorização do espaço urbano. Conforme analisa Carlos Vainer (2000), o planejamento estratégico atual é dominado pela lógica da “cidade-mercadoria”, na qual “vender a cidade” tornou-se uma função primordial dos governos locais, transformando o marketing urbano em uma esfera determinante que leva muitos prefeitos a agirem mais como “vendedores ambulantes” do que como dirigentes políticos (Vainer, 2000, p. 78). Entretanto, permanece a questão histórica, social e fundamental: quem se beneficia dessas transformações? Afinal, enquanto determinados grupos passam a usufruir de espaços qualificados e de crescente valorização patrimonial, outros continuam enfrentando dificuldades relacionadas ao acesso à moradia digna, aos serviços públicos e ao próprio direito à cidade.

Essa postura mercadológica ignora que a cidade, enquanto objeto de venda, é uma mercadoria extremamente complexa, cuja valorização depende diretamente de quem se pretende atrair como comprador. Ao priorizar a criação de um “objeto de luxo” para o mercado global, o planejamento estratégico acaba por banir o conflito e a política do cenário urbano, substituindo a cidadania pela aceitação passiva de projetos que visam apenas a produtividade e a competitividade. Como resultado, as intervenções no entorno do Parque Santana, sob o manto da qualificação ambiental, podem ser lidas como estratégias de construção de uma imagem urbana “vendável”, que mascara a exclusão social e aprofunda a segregação ao tratar o espaço público não como um direito, mas como um ativo financeiro destinado a usuários solventes.

Logo, a trajetória histórica do Projeto Capibaribe demonstra que as disputas em torno das margens do rio não podem ser compreendidas apenas como questões de ordenamento urbano ou preservação ambiental. Trata-se de conflitos relacionados à distribuição desigual dos benefícios produzidos pela cidade. A margem do rio, nesse contexto, converte-se também em margem social, revelando como diferentes grupos disputam o acesso aos recursos urbanos e aos significados atribuídos ao espaço público.

Tal dinâmica foi objeto de críticas no debate público da época. O então candidato a prefeito, Roberto Freire (PCB), qualificou o projeto, orçado em cerca de Cr\$ 3 bilhões, como um projeto que mais favorecia a elite do que o proletário do entorno, argumentando que tais recursos poderiam ser direcionados à resolução de problemas estruturais nestas comunidades, em vez de priorizar a oferta de lazer para segmentos mais abastados da população.

A inauguração do parque ocorreu em 25 de dezembro de 1985, ainda sob a gestão do prefeito Joaquim Francisco, em um contexto de forte pressão política decorrente do encerramento de seu mandato (fig. 2). A cobertura jornalística do período revela uma imprensa atenta aos desdobramentos do projeto, descrevendo frequentemente o equipamento como uma “sinfonia inacabada” (Diário de Pernambuco, 1985, p. A7), em referência ao seu estado incompleto ao ser inaugurado. Paralelamente, registrava-se uma dinâmica urbana marcada pela dispersão populacional pelas redondezas do bairro e pela ocupação de áreas de

risco em outras regiões da cidade, frequentemente associada a processos indenizatórios considerados insuficientes ou supostamente mal geridos.

Figura 2 - A criança brinca no parque no dia da inauguração.



Fonte: Marinho (1985, p. A5)

4.2 Disparidades nos acessos do Parque Santana/Ariano Suassuna

Tratando da acessibilidade, observamos a existência de múltiplos acessos, com atenção para a passarela que conecta o parque à comunidade da Vila Santa Luzia, ampliando o fluxo e trazendo complexidade social (fig. 3).

Figura 3 – Ponte para Pedestres Emocy Krause, acesso ao Parque Santana Ariano Suassuna, Recife (PE).



Fonte: Equipe (BNDES, 2022, p. 9)

A comunidade mais vulnerável se utiliza deste acesso enquanto a entrada principal, voltada para bairros de maior renda, possui melhor estrutura. Além disso, o acesso pela comunidade da Vila Santa Luzia é limitado por um portão com barreiras físicas, dificultando a circulação (fig. 4).

Figura 4 - Acessos Santa Luzia e principal do Parque Santana/Ariano Suassuna



Fonte: Josemar Ferreira / ANF <https://www.anf.org.br/parque-santana-os-portoes-das-contradicoes/>

Moradores relatam que essa diferença parece estabelecer uma distinção implícita entre os públicos do parque (ANF, 2020). Além disso, o fluxo de pessoas vindas da comunidade é majoritariamente ligado a pessoas rumo ao trabalho, e não ao lazer, evidenciando que o parque, embora público, não é usufruído de forma igualitária. A própria configuração espacial contribui para invisibilizar a comunidade, reforçando dinâmicas de segregação no uso do espaço.

A diferenciação entre a entrada principal, ampla, estruturada e voltada aos bairros de maior renda, e o acesso restrito pela Vila Santa Luzia revela materializar estratégias gerenciadoras do espaço que, ao organizar fluxos e hierarquizar entradas, produzem um “lugar” ordenado segundo lógicas de visibilidade, controle e valorização urbana. Nesse sentido, o parque, tal como descrito no relatório do

BNDES, tende a ser apresentado como equipamento qualificado, voltado ao lazer e à requalificação urbana, mas essa narrativa institucional oculta as assimetrias de acesso que estruturam sua apropriação. Dessa forma, as práticas cotidianas dos moradores da comunidade, que atravessam a ponte estreita, negociam a passagem pelo portão e utilizam o parque muitas vezes como trajeto funcional, por vezes sobre motocicletas (Brasil, 2022, p. 9) e não como espaço de lazer, fazem com que essa conexão possa ser pensada como uma tática de integração urbana, gerando conflitos e usos não previstos que emergem no cotidiano do equipamento.

Sendo assim analisado, o Parque Santana não pode ser compreendido apenas como um espaço planejado, mas como um espaço praticado, onde sua materialidade física é constantemente reconfigurada pelas ações dos sujeitos que o vivenciam.

5. (Re)configurações administrativas

A leitura do documento de caracterização do Parque Santana, elaborado no contexto da modelagem de sua concessão à iniciativa privada (Brasil, 2022), permite identificar um conjunto amplo de informações que não se restringem à descrição física do parque, mas também abrangem aspectos relacionados à sua gestão, utilização e às direções projetadas para sua transformação. Neste produto de consultorias, elaborado por um consórcio incluindo as empresas Pitiguari, SPIN, Plantar Ideias, Vallya e Queiroz Maluf, observamos a elaboração de um diagnóstico que articula diferentes dimensões: urbana, ambiental e operacional, organizando uma leitura do parque que evidencia tanto sua importância quanto suas limitações e potencialidades.

Inicialmente, nota-se que o documento enfatiza o papel dos espaços públicos na cidade, destacando os parques urbanos como elementos fundamentais para a promoção do lazer, da convivência e do contato com o meio ambiente. Nesse sentido, o Parque Santana é apresentado como um equipamento relevante para a dinâmica urbana, sendo associado à melhoria da qualidade de vida e ao fortalecimento das relações sociais. Essa valorização inicial parece funcionar como um ponto de partida que sustenta as análises que vão ser tiradas a partir dele.

No entanto, é possível perceber que essa mesma valorização é acompanhada pela indicação de desafios relacionados à gestão desses espaços. O documento aponta que, nas últimas décadas, os parques urbanos passaram a demandar maiores investimentos em manutenção, operação e qualificação dos serviços oferecidos. A partir disso, temos a construção de um argumento que destaca a necessidade de adoção de novos modelos de gestão, capazes de responder a essas demandas de forma mais eficiente.

É nesse contexto que se insere a proposta de parceria entre a Cidade de Recife, o BNDES e a iniciativa privada, apresentando-se como parte de um movimento voltado à estruturação de políticas de fomento a essas alianças. Nota-se que o Parque Santana passa a ser analisado não apenas como espaço de uso coletivo, mas também em termos de sua operação e sustentabilidade, considerando a possibilidade de concessão de serviços relacionados à visitação, manutenção e

funcionamento geral do parque. Dessa forma, é possível perceber uma ampliação da forma como o espaço é compreendido, incorporando dimensões que vão além do uso social direto.

Ao avançar nesse diagnóstico, ou seja, nos aspectos relacionados à infraestrutura, mobilidade e condições ambientais do parque, o relatório aponta para áreas com diferentes níveis de conservação, bem como a necessidade de intervenções em equipamentos e espaços de uso coletivo. No que se refere à circulação, cita a já comentada presença de conflitos entre pedestres, ciclistas e motociclistas, além de limitações nos acessos e na integração com o entorno urbano, vista a distância do transporte coletivo da cidade. Já no campo ambiental, as demandas não somam grandes empecilhos, sendo os principais os processos erosivos, áreas de solo exposto e a possibilidade de inundações em função da proximidade com o rio Capibaribe, já citada anteriormente nesta pesquisa.

Além desses aspectos técnicos, é possível perceber que a localização do parque e a sua capacidade de atender diferentes públicos é sim um dos seus diferenciais a ser explorado. Sua inserção entre bairros de distintos perfis socioeconômicos e sua conexão com a comunidade da Vila Santa Luzia são destacadas como elementos que ampliam seu alcance social. Nesse sentido, foi documentado que o parque é caracterizado como um espaço de interface, no qual diferentes grupos se encontram e compartilham práticas de uso.

Outro ponto que chama atenção no parque, observado a partir das informações contidas no relatório, é a tendência a oportunidades de ampliação das atividades e dos serviços oferecidos. No relato, notamos a presença de termos que indicam a possibilidade de reorganização do espaço a partir de novos usos, como “serviços de apoio à visitação”, “atividades recreativas” e “áreas com potencial de geração de receita”. A partir disso, é possível perceber que o parque passa a ser pensado também em função de sua capacidade de incorporar novas dinâmicas de funcionamento que gerem receita, criando assim uma expectativa de “negócio rentável” ao equipamento público.

Dessa forma, é possível perceber que o Parque Santana é apresentado como um espaço importante porque proporciona uma vida coletiva, promove lazer, cultura

e convivência, além de funcionar como célula ambiental na cidade do Recife. Todavia, foi criada uma narrativa econômica de que o parque apresenta problemas como a carência de recursos para a sua manutenção, logo, precisa ser reestruturado. E como se daria este processo? Por meio de uma parceria público-privada justificada pela ideia inicial da importância do equipamento, que gera um consenso entre os usuários de que o projeto de privatização é positivo.

Em 2025, na gestão municipal de João Campos, foi finalizado o processo de cessão do Parque Santana Ariano Suassuna, que passou a integrar o conjunto de equipamentos públicos municipais concedidos à iniciativa privada por um período de trinta anos, no âmbito da política de concessões adotada pela Prefeitura do Recife. A medida transferiu a gestão do parque para o consórcio Viva Parques, responsável também pela administração dos parques da Jaqueira, Apipucos e Dona Lindu, todos na capital pernambucana. Segundo a empresa concessionária, as intervenções previstas buscam ampliar a vocação esportiva do equipamento, mediante investimentos em infraestrutura e na diversificação das atividades oferecidas aos usuários (Cavalcanti, 2025).

Entre as modificações anunciadas para o Parque Santana, naquele momento, destacam-se a construção de um campo de futebol em dimensões oficiais, a ampliação da pista de skate, a instalação de um circuito do tipo pump track para práticas esportivas sobre rodas, a criação de duas quadras de tênis e duas quadras poliesportivas, além da implantação de um espaço recreativo aquático denominado “play molhado”. Tais intervenções revelam uma estratégia de requalificação voltada à intensificação dos usos esportivos e recreativos do espaço público (Cavalcanti, 2025).

Sob uma perspectiva crítica, as transformações decorrentes da mudança na gestão do parque podem ser compreendidas como parte de um processo mais amplo de reestruturação urbana no Recife, que redefine as formas de apropriação e permanência nos espaços públicos. Embora as melhorias de infraestrutura ampliem as possibilidades de uso, as experiências dos usuários também suscitam reflexões sobre os impactos da gestão privada na produção do espaço urbano, especialmente

quanto à coexistência entre práticas populares historicamente consolidadas e novas formas de consumo e lazer vinculadas à valorização urbana.

5.1 Eventos gourmetizados e mercantilização do espaço público

Nas últimas décadas, os espaços públicos urbanos passaram por transformações que ultrapassam intervenções físicas e paisagísticas, alcançando também mudanças nos modos de uso, circulação e permanência. No Parque Santana Ariano Suassuna, essas alterações podem ser percebidas a partir da crescente realização de eventos voltados ao consumo gastronômico, cultural e recreativo, frequentemente associados a uma estética “gourmetizada” do lazer urbano. Food parks, festivais gastronômicos, feiras temáticas e eventos culturais patrocinados passaram a ocupar o parque recorrentemente, redefinindo temporariamente suas dinâmicas cotidianas e produzindo novas formas de apropriação do espaço. (Diário de Pernambuco, 2025)

Tais transformações inserem-se em um fenômeno mais amplo que vem sendo identificado por diferentes autores como gourmetização. Segundo Palmieri Júnior (2017), a gourmetização corresponde a um processo intencional de sofisticação e busca por exclusividade, no qual produtos, práticas e experiências tradicionalmente acessíveis são ressignificados por meio da incorporação de atributos estéticos, qualitativos e simbólicos que os distinguem socialmente, elevando-os à condição de itens de requinte (Palmieri Júnior, 2017, p. 217). Embora o conceito tenha sido inicialmente associado ao universo da alimentação, sua aplicação pode ser ampliada para compreender processos de valorização simbólica que atingem diferentes dimensões da vida urbana, inclusive os espaços públicos.

Sob essa perspectiva, a gourmetização não se limita à oferta de novos produtos ou serviços, mas produz alterações nas formas pelas quais determinados ambientes passam a ser percebidos, utilizados e consumidos. No caso do Parque Santana, a recorrência de eventos temáticos, experiências gastronômicas e atividades direcionadas a públicos específicos sugere uma reconfiguração dos sentidos atribuídos ao espaço público, aproximando-o de lógicas de consumo,

distinção social e valorização econômica que nem sempre dialogam com a diversidade de usos tradicionalmente associada aos parques urbanos.

Figura 5 - Edição itinerante do Festival Sabores.



Fonte: Diário de Pernambuco (23 out. 2025)

Esses eventos não representam apenas atividades de entretenimento, mas também expressam mudanças mais amplas na forma como o espaço público vem sendo pensado e administrado. O parque deixa de ser compreendido exclusivamente como local de convivência espontânea e utilização livre, incorporando práticas organizadas em torno do consumo, da experiência estética e da valorização simbólica do ambiente urbano. Nesse processo, determinados usos passam a ser incentivados, enquanto outros se tornam secundarizados, alterando a relação entre os sujeitos e o espaço.

Observa-se que a ocupação do parque durante esses eventos produz formas diferenciadas de acesso e permanência. Embora o espaço continue juridicamente público, as práticas ali desenvolvidas passam a exigir certos padrões de consumo e sociabilidade que nem sempre dialogam com a diversidade social historicamente presente no local. A presença de estruturas temporárias, áreas delimitadas, marcas patrocinadoras e produtos com preços elevados contribui para a construção de um

ambiente socialmente filtrado, no qual determinados grupos se sentem mais pertencentes do que outros.

Além disso, a realização frequente desses eventos modifica as próprias práticas cotidianas do parque. Caminhadas, encontros informais, brincadeiras infantis e usos espontâneos passam a coexistir, e por vezes competir, com atividades organizadas que direcionam os fluxos e reorganizam as formas de circulação. O espaço público, nesse sentido, torna-se atravessado por disputas simbólicas acerca de quem pode ocupar, consumir e permanecer no parque, revelando tensões entre o caráter coletivo do espaço urbano e sua crescente inserção em lógicas mercadológicas.

No contexto dessas reconfigurações, percebe-se que a lógica da gourmetização do espaço público produz não apenas uma mudança estética, mas também uma redefinição social de quem pode ocupar e permanecer no parque. A multiplicação de eventos privados, feiras voltadas ao consumo seletivo, equipamentos direcionados a práticas específicas de lazer e formas indiretas de controle do uso do espaço acabam tensionando a própria ideia de público.

Nesse sentido, a reflexão de Carlos Vainer (2000) sobre a mercantilização das cidades torna-se particularmente relevante ao questionar: “E aqueles indivíduos e grupos que não têm solvabilidade para adquirir esse produto de elite em que se transfigura a cidade planejada estrategicamente?” (Vainer, 2000, p. 83). A indagação evidencia como determinados projetos urbanos passam a tratar a cidade e, neste caso, seus parques como mercadorias destinadas prioritariamente aos grupos capazes de consumir experiências valorizadas economicamente.

No Parque Santana, essa dinâmica pode ser observada quando práticas populares espontâneas passam a coexistir de forma desigual com usos cada vez mais mediados pelo consumo, pela vigilância e pela valorização imobiliária do entorno. Assim, o parque deixa de ser apenas um espaço de encontro heterogêneo para assumir, gradualmente, características de um espaço seletivo e mercantilizado, no qual o direito à cidade passa a ser condicionado pela capacidade de participar das dinâmicas de consumo que estruturam essas novas formas de ocupação urbana.

Nesse cenário, a crescente realização de eventos gourmetizados evidencia uma tensão entre a valorização do espaço urbano e a preservação de seu caráter democrático. Embora tais eventos sejam frequentemente apresentados como mecanismos de dinamização cultural e qualificação do lazer; suas dinâmicas podem reforçar distinções sociais já presentes na cidade, especialmente quando o acesso simbólico ao espaço passa a ser mediado pelo consumo.

Ao discutir o papel dos espaços públicos na construção de uma cidade menos desigual, Raquel Rolnik (2000) argumenta que políticas urbanas comprometidas com a dimensão pública da cidade devem estimular a convivência entre diferentes grupos sociais, reduzindo processos de segregação e fortalecendo práticas coletivas de pertencimento. Nessa perspectiva, o lazer urbano possui potencial inclusivo quando favorece experiências plurais e acessíveis, e não quando transforma o espaço público em ambiente seletivo orientado predominantemente por lógicas mercadológicas.

Desse modo, os eventos gourmetizados não eliminam formalmente o caráter público do Parque Santana Ariano Suassuna, mas reconfiguram seus usos e formas de permanência, produzindo mecanismos sutis de distinção e seletividade socioespacial que tensionam a própria ideia de espaço público democrático.

5.2 Conexões entre gestão pública/privada e apropriação social

No ano de 2022, a Prefeitura da Cidade do Recife abriu consulta pública para discutir a concessão de parques urbanos da cidade, como Santana, Jaqueira e D. Lindu. (G1 PE 2022) A população do Recife teve a oportunidade de participar desta consulta por meio da internet. O objetivo principal foi o de “aprimorar o projeto, ajustar detalhes técnicos e, principalmente, definir a dinâmica da parceria com o setor privado”. Com este dispositivo, a população é levada a admitir (por meio da sua opinião) que existe uma forte integração social dentro e fora do parque no tocante às comunidades que o rodeiam, forçando aí uma legitimação simbólica da sua entrega à iniciativa privada. Algo que poderia se apresentar como imposto vira democrático e inclusivo.

A implementação de mecanismos como a consulta pública, nesse contexto, precisa ser vista com um olhar diferenciado. Embora sejam apresentados como instrumentos de participação e democratização, na prática eles costumam operar em limites já definidos pelo próprio poder público e por interesses econômicos. Como apontou Pierre Bourdieu (1983), a chamada “opinião pública” não é nada neutra ou homogênea, mas uma construção social atravessada por relações de poder, onde algumas vozes têm mais peso do que outras. Assim, no caso analisado, a consulta pública pode funcionar mais como um mecanismo de legitimação do que como um espaço real de decisão, criando a impressão de participação ao mesmo tempo em que reforça caminhos já traçados.

Isso evidencia o caráter estratégico das ações do poder público, que, ao definir como a participação acontece e quais são os limites do debate, busca construir consenso e reduzir possíveis resistências. Ainda assim, isso não significa que o processo esteja fechado. Como lembra Michel de Certeau (1998), os sujeitos não são totalmente passivos diante dessas imposições. No cotidiano, os usuários do Parque Santana acabam reconfigurando o espaço para além do que foi planejado, apropriando-se dele de formas criativas e, às vezes, até subversivas. Caminhadas, práticas esportivas informais, encontros e usos não previstos mostram como o espaço é vivido na prática, revelando uma dinâmica que escapa ao controle institucional.

Dessa forma, o que se observa no Parque Santana é a convivência de duas lógicas que se tensionam o tempo todo: de um lado, as estratégias do poder público e do capital, que buscam organizar, regular e até explorar economicamente o espaço; de outro, as práticas e usos cotidianos, que mantêm aberta a possibilidade de reapropriação do espaço.

É justamente nessa tensão que o espaço urbano se produz como um campo de disputa e, como sugere Lefebvre (2001; 2008), também como um campo de possibilidade, onde a cidade, representada pelo Parque Santana, pode deixar de ser mercadoria para se tornar obra coletiva. A discussão proposta pelo autor permite compreender a apropriação social do espaço público para além da lógica da posse ou da propriedade. Em sua análise, a cidade perde parte de sua dimensão social

quando o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, submetendo os espaços urbanos às exigências do mercado. Nesse sentido, a apropriação aparece como um processo de retomada da cidade enquanto espaço de vivência coletiva. Para o autor, “a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material” (Lefebvre, 2001, p. 52). Tal distinção evidencia que a cidade não deve ser compreendida apenas como um produto acabado, mas como uma construção continuamente produzida pelas práticas sociais.

Temos, de acordo com o autor, que o espaço público adquire relevância por possibilitar encontros, trocas e formas de convivência que caracterizam a experiência urbana. Este afirma que “o urbano se define como forma da simultaneidade, campo de encontros e de trocas” (Lefebvre, 2001, p. 65). A apropriação desses espaços pela coletividade, portanto, relaciona-se diretamente à manutenção de sua função social e ao fortalecimento das práticas de convivência no ambiente urbano.

A tese desenvolvida pelo autor também se articula ao conceito de Direito à Cidade, entendido não apenas como acesso aos espaços urbanos, mas como a possibilidade de participar de sua produção e de seus usos. Nesse sentido, Lefebvre afirma que “o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: [...] o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)” (Lefebvre, 2001, p. 134). A apropriação, assim, refere-se à possibilidade de usufruir a cidade em suas diferentes dimensões, recuperando formas de uso frequentemente subordinadas às dinâmicas econômicas.

Dessa forma, a apropriação social do espaço público pode ser entendida como um movimento de reafirmação do uso coletivo da cidade, associado ao que Lefebvre denomina de “reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca)” (Lefebvre, 2001, p. 139). Por meio desse processo, os sujeitos deixam de ocupar uma posição restrita ao consumo dos espaços urbanos e participam de sua produção e ressignificação.

Considerações finais

A presente monografia buscou analisar as reconfigurações socioespaciais do Parque Santana Ariano Suassuna no período de 2015 a 2025, compreendendo de que forma essas transformações tensionam sua condição de espaço público, especialmente diante das dinâmicas contemporâneas de reorganização urbana e da chamada “gourmetização” dos espaços de lazer na cidade do Recife. Partiu-se do seguinte problema de pesquisa: para quem e para quais finalidades foram direcionadas as intervenções urbanísticas no parque ao longo da última década? A investigação procurou compreender se tais mudanças fortalecem a democratização do espaço ou se, ao contrário, vêm aprofundando desigualdades históricas já presentes no tecido urbano recifense.

Ao longo do estudo, observou-se que o parque não pode ser entendido apenas como um equipamento urbano neutro ou simplesmente como uma área destinada ao lazer coletivo. Sua própria constituição histórica revela relações de disputa, interesses econômicos, intervenções estatais e processos de reorganização territorial que continuam produzindo efeitos no presente. Nesse sentido, o espaço urbano mostrou-se como uma construção social permanentemente atravessada por relações de poder, nas quais Estado, mercado imobiliário e usuários disputam, em diferentes níveis, os sentidos e usos do território.

As contribuições teóricas de Michel de Certeau e Henri Lefebvre permitiram compreender que o Parque Santana se configura simultaneamente como estratégia e como prática cotidiana. De um lado, aparecem as ações institucionais voltadas ao ordenamento, à racionalização e à reorganização do espaço urbano; do outro, emergem as táticas dos sujeitos comuns, que reconfiguram o parque por usos não previstos, permanências, deslocamentos, apropriações informais e adaptações às suas necessidades concretas. Assim, o parque deixa de ser apenas uma área organizada pelo planejamento urbano e passa a ser compreendido como um ambiente construído e reconstruído pelas práticas cotidianas de seus usuários, tendo seus significados, formas de uso e dinâmicas continuamente produzidos pelas interações, vivências e apropriações realizadas pelos diferentes grupos que o frequentam.

A análise do Parque Santana Ariano Suassuna permitiu também compreender o espaço público como um campo dinâmico, marcado por disputas quase silenciosas e (re)configurações contínuas praticadas ao longo do tempo pelas instituições detentoras do poder para implementar tais mudanças: Estado e mercado imobiliário de um lado e, no contrafluxo, os usuários do parque. Embora a gestão pública tenha desempenhado um papel fundamental na criação, manutenção e ampliação daquele espaço, sua atuação apresenta limites frente à complexidade das práticas sociais e às desigualdades estruturais da cidade, chegando a um momento em que se posiciona como não suportando as responsabilidades recorrentes na manutenção do equipamento, buscando assim a cessão dessa responsabilidade à iniciativa privada.

O estudo indicou que o parque funciona como um microcosmo das desigualdades urbanas do Recife. Apesar de proporcionar um ambiente de convivência, lazer e sociabilidade, as formas de uso e os recursos disponíveis entre os frequentadores demonstram que as divisões sociais seguem presentes no espaço, reproduzindo hierarquias já existentes na cidade. A diferenciação entre acessos, fluxos e possibilidades de permanência evidencia que o caráter “público” do parque não se realiza de maneira homogênea para todos os grupos sociais. Nesse contexto, o “jeitinho” aparece como prática cotidiana de adaptação e sobrevivência, funcionando como mecanismo de reconfiguração do espaço a partir das necessidades concretas dos sujeitos que o ocupam.

A partir das análises documentais, essa disparidade tornou-se perceptível tanto na rotina diária quanto nos eventos especiais e nos diferentes modos de apropriação do parque por aqueles que usufruem dele. A própria relação entre o parque e a comunidade da Vila Santa Luzia evidencia contradições importantes: embora exista uma conexão física entre ambos (Ponte para pedestres Emocy Krause), ela não se traduz automaticamente em integração social plena. O parque funciona mais como espaço de passagem do que como destino efetivo de lazer da população periférica que o circunda, revelando que barreiras simbólicas, econômicas e culturais continuam operando mesmo dentro de um equipamento formalmente público.

As discussões em torno da concessão e da ampliação da presença da iniciativa privada também revelaram como o discurso da modernização urbana pode atuar como mecanismo de legitimação de novas formas de controle e valorização econômica do espaço público. A construção de narrativas associadas à eficiência administrativa, revitalização e melhoria da infraestrutura tende a produzir consensos sociais que mascaram os impactos excludentes dessas transformações. Nesse sentido, o processo de gourmetização aparece não apenas como mudança estética ou funcional, mas como parte de uma lógica mais ampla de reorganização da cidade segundo interesses econômicos específicos.

Os resultados das análises indicam que a sociedade local, inserida em um contexto capitalista e globalizado, tende a incorporar modelos de intervenção urbana inspirados em experiências de outras cidades contemporâneas que associam a modernidade à valorização e ao consumo do espaço. As instituições estatais e de mercado, embora baseiem suas ações em estudos prévios de impacto, não conseguem prever integralmente os efeitos dessas importações de práticas urbanas, uma vez que a promoção de determinadas formas de uso e ocupação pode produzir processos de exclusão de sujeitos que, por razões econômicas e culturais, não se identificam ou não são contemplados nesses espaços. Ainda assim, esses mesmos sujeitos, ao acessarem tais ambientes, ressignificam o espaço ao estabelecerem novas formas de apropriação e convivência, reconfigurando o parque a partir de suas próprias práticas e necessidades.

Observa-se que, até o presente momento, o Parque Santana Ariano Suassuna permanece fortemente associado às dinâmicas de mobilidade e passagem vinculadas à passarela sobre o Rio Capibaribe, com menor consolidação como destino de permanência para a população do seu entorno imediato. As intervenções recentes no equipamento indicam a prevalência de estratégias de requalificação paisagística e de valorização do espaço urbano que se articulam a processos mais amplos de transformação imobiliária na área. Nesse contexto, a efetiva apropriação social do parque ainda se mostra condicionada à forma de gestão privada e às políticas urbanas adotadas, que tendem a reproduzir tensões entre o amplo uso público, lógica de valorização urbana e demandas de permanência cotidiana.

Um dos aspectos mais significativos observados ao longo desta pesquisa refere-se à crescente capacidade das estratégias institucionais de absorverem e reorganizarem as práticas de sociabilidade anteriormente associadas a uma apropriação espontânea do espaço público. Ao concordarmos que as táticas cotidianas possibilitam a reinvenção dos espaços produzidos pelas estratégias corporativas, o caso do Parque Santana Ariano Suassuna sugere um movimento complementar: as próprias estratégias contemporâneas passaram a incorporar elementos tradicionalmente vinculados à convivência espontânea, transformando-os em experiências planejadas, organizadas e, frequentemente, associadas ao consumo.

As transformações verificadas entre 2015 e 2025 evidenciam esse processo. A ampliação da realização de festivais gastronômicos, feiras temáticas, eventos esportivos patrocinados e atividades culturais, em sua maioria elitistas organizadas no espaço, contribuiu para redefinir as formas de uso do parque. Tais iniciativas ampliaram a circulação de pessoas e produziram novas possibilidades de lazer, mas também passaram a estabelecer formas específicas de ocupação do espaço, orientadas por calendários institucionais, patrocinadores, marcas e práticas de consumo “gourmetizadas”.

Nessa lógica, a sociabilidade não se restringe apenas às iniciativas dos frequentadores, sendo produzida e mediada por agentes responsáveis pela gestão pública e privada da área de convívio. O encontro casual transforma-se em evento programado; a permanência espontânea converte-se em experiência organizada; o lazer cotidiano passa a ser estruturado por lógicas que articulam entretenimento, valorização imobiliária e consumo. Não se trata da eliminação das práticas espontâneas, mas de sua crescente incorporação por estratégias capazes de antecipar, estimular e direcionar formas específicas de convivência.

A gourmetização observada no Parque Santana pode ser compreendida justamente como uma das expressões desse processo. Mais do que uma simples mudança estética, ela representa a reorganização simbólica do espaço público segundo padrões de consumo associados às classes médias e altas urbanas. O parque permanece juridicamente público, mas determinadas práticas, linguagens,

produtos e formas de sociabilidade passam a construir ambientes nos quais alguns grupos sociais se reconhecem mais facilmente do que outros.

Nesse sentido, a análise desenvolvida sugere que as tensões observadas no parque não decorrem apenas da oposição clássica entre estratégias e táticas. O que se verifica é a emergência de estratégias cada vez mais sofisticadas, capazes de absorver parte das práticas que anteriormente poderiam ser interpretadas como manifestações autônomas da vida cotidiana. A comercialização da experiência urbana transforma a convivência em produto, convertendo formas de encontro, lazer e permanência em elementos integrantes de uma economia simbólica do espaço público.

Essa dinâmica ajuda a compreender por que determinados grupos sociais continuam utilizando o parque prioritariamente como espaço de circulação e passagem, enquanto outros o experimentam como local de lazer, consumo e permanência prolongada. Embora compartilhem fisicamente o mesmo território, os diferentes sujeitos estabelecem relações profundamente distintas com o equipamento urbano, revelando que o acesso ao espaço público não se resume à possibilidade de entrada, mas envolve também condições materiais, culturais e simbólicas de pertencimento.

Conclui-se, portanto, que o parque, ao mesmo tempo em que promove convivência e sociabilidade, também reproduz certas formas de exclusão, revelando a necessidade de políticas urbanas mais inclusivas, participativas e socialmente comprometidas. Em algum momento, as demandas sociais precisam ser efetivamente ouvidas. Este trabalho buscou reconstruir, de maneira histórica e crítica, às estruturas de poder e resistência que convivem no Parque Santana, no intuito de que este estudo possa servir como subsídio para o debate e para futuras ações de progresso urbano, considerando não apenas os aspectos econômicos, mas também os aspectos sociais, culturais e humanos da população. Pensar a cidade exige trazer à vanguarda toda a sociedade, e não apenas os grupos historicamente favorecidos pelos processos de produção e apropriação do espaço urbano.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de; **Espaços livres públicos inseridos na paisagem urbana**: memórias, rugosidades e metamorfoses: estudo dos parques urbanos 13 de Maio, Recife-Brasil e do Tiergarten, Berlim-Alemanha. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6867>. Acesso em: 18 jun. 2026.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Disponível em: https://monoskop.org/images/e/e8/Bourdieu_Pierre_Quest%C3%B5es_de_Sociologia_2003.pdf. Acesso em: 18 jun. 2026.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

GOMES, Angela Nunes Damasceno. **Mauricio Abreu**: uma história com muitas geografias. 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/13244>. Acesso em: 18 jun. 2026.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ILLICH, Ivan. **Tools for conviviality**. London: Fontana, 1975. Disponível em: https://monoskop.org/images/3/3e/Illich_Ivan_Tools_for_Conviviality_1975.pdf. Acesso em: 18 jun. 2026.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2026.

PALMIERI JÚNIOR, Valter. **A gourmetização em uma sociedade desigual**: um estudo sobre a differentiation no consumo de alimentos industrializados no Brasil. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/986706>. Acesso em: 18 jun. 2026.

ROLNIK, Raquel. O lazer humaniza o espaço urbano. *In*: SESC SÃO PAULO (org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/08/lazerhumanizaespacourbano.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/dadosabertos/bibliografia/A%20cidade%20do%20pensamento%20%C3%BAnico%20-%20Ot%C3%ADlia%20Arantes.%20Carlos%20Vainer.%20Erm%C3%ADnia%20Maricato.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2026.

Fontes jornalísticas e documentais

ÁREA de lazer no Capibaribe. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 maio 1985. Caderno Cidade, p. A9. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22%20Parque%20Santana%22&id=571202860681&pagfis=89598. Acesso em: 25 maio 2026.

CAVALCANTI, Jorge. Gestão de quatro parques do Recife passa à iniciativa privada; pista de bicicross na Jaqueira dá espaço a dois restaurantes. **g1 Pernambuco**, Recife, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2025/03/07/gestao-de-quatro-parques-do-recife-passa-a-iniciativa-privada-pista-de-bicicross-na-jaqueira-da-espaco-a-dois-restaurantes.ghtml>. Acesso em: 7 jun. 2026.

FERREIRA, Josemar. Parque Santana: os portões das contradições. **Agência de Notícias das Favelas**, 8 jan. 2020. Disponível em: <https://www.anf.org.br/parque-santana-os-portoes-das-contradicoes/>. Acesso em: 15 abr. 2026.

G1 PE. Moradores do Recife podem opinar sobre plano de “privatização” de 4 parques urbanos; veja como participar. **g1 Pernambuco**, Recife, 16 nov. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/11/16/moradores-do-recife-podem-opinar-sobre-plano-de-privatizacao-de-4-parques-urbanos-veja-como-participar.ghtml>. Acesso em: 16 abr. 2026.

HUGO defende Roberto. **Diário de Pernambuco**, Recife, 4 ago. 1985. Caderno Cidade, p. A4. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22%20Parque%20Santana%22&id=571202860681&pagfis=92117. Acesso em: 25 maio 2026.

MARINHO, Arlindo. Joaquim deixa para seu sucessor várias obras em andamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, 26 dez. 1985. Caderno Cidade, p. A5. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22%20Parque%20Santana%22&id=571202860681&pagfis=97625. Acesso em: 19 jun. 2026.

PARQUE Santana recebe edição especial do Festival Sabores neste sábado. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 out. 2025. Disponível em:

<https://www.diariodepernambuco.com.br/viver/2025/10/11698790-parque-santana-recebe-edicao-especial-do-festival-sabores-neste-sabado.html>. Acesso em: 3 jun. 2026.

RECIFE ganha outra área de lazer. **Diário de Pernambuco**, Recife, 24 dez. 1985. Caderno Cidade, p. A10. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22%20Parque%20Santana%22&id=571202860681&pagfis=97600. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Parque Santana Ariano Suassuna**: Anexo A - Caracterização do Parque, Entorno e Área da Concessão. Rio de Janeiro: BNDES, 2022. 71 p. Disponível em:

https://parcerias.recife.pe.gov.br/wp-content/uploads/2023/09/BLOCO-A.2_ANEXO-A-Characterizacao-Parque-Santana.pdf. Acesso em: 14 dez. 2024.

ROSOWYKWIAT, Teresa. Projeto Capibaribe atrasa e gera desconfiança. **Diário de Pernambuco**, Recife, 21 jul. 1985. Caderno Cidade, p. A14. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22%20Parque%20Santana%22&id=571202860681&pagfis=91619. Acesso em: 25 maio 2026.

SINFONIA inacabada. **Diário de Pernambuco**, Recife, ed. 354, 25 dez. 1985. Caderno Cidade, p. A7. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_16&Pesq=%22%20Parque%20Santana%22%20sinfonia%20inacabada&id=571202860681&pagfis=97597. Acesso em: 3 jun. 2026.

APÊNDICE A — DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTA DE IA

1. O uso da inteligência artificial Chat GPT restringiu-se à tradução de trechos de documentos em língua estrangeira, conforme as orientações éticas da ANPUH. Para essa finalidade, foi empregado um prompt do tipo: “traduza o seguinte trecho, mantendo fidelidade conceitual e terminológica ao texto original, preservando o sentido acadêmico”. Ressalta-se que todas as interpretações, análises e usos das fontes foram realizados diretamente pelo autor, permanecendo sob sua inteira responsabilidade intelectual.
2. Foi utilizada a ferramenta LanguageTool exclusivamente para revisão ortográfica, gramatical e linguística deste trabalho. Seu uso limitou-se à identificação e correção de aspectos formais da escrita, não sendo empregada para a produção de conteúdo, elaboração de análises, interpretação de fontes ou construção de argumentos. Todas as ideias, análises e conclusões apresentadas são de responsabilidade exclusiva do autor.
3. O autor declara que, por não possuir fluência na língua inglesa, utilizou a ferramenta de Inteligência Artificial Gemini (Google) para a tradução técnica do resumo (*Abstract*). O processo metodológico consistiu na alimentação da ferramenta com o texto original em português e na posterior verificação, por parte do autor, da manutenção estrita dos conceitos teóricos fundamentais (como *strategy*, *tactics*, *space* e *place*, baseados em Michel de Certeau e Henri Lefebvre). O uso da tecnologia limitou-se ao suporte linguístico, mantendo-se a autoria e a responsabilidade intelectual integral do trabalho com o pesquisador, em observância às diretrizes de integridade científica da ANPUH.
4. A Figura 1 utilizada nesta monografia foi produzida a partir da adaptação de uma imagem originalmente publicada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), constante do documento Parque Santana Ariano Suassuna: Anexo A – Caracterização do Parque, Entorno e Área da Concessão (2022). A imagem original foi preservada quanto ao seu conteúdo cartográfico e à representação espacial do parque e de seu entorno.

A utilização de ferramenta de Inteligência Artificial ocorreu exclusivamente para a realização de intervenções gráficas complementares, sem alteração das informações geográficas constantes na fonte original. Entre as modificações efetuadas, destacam-se:

- Redesenho da delimitação da área correspondente ao Parque Santana Ariano Suassuna, com acabamento gráfico mais uniforme;
- Padronização visual dos elementos cartográficos;
- Inserção das identificações do Rio Capibaribe, da Ponte de Pedestres Emocy Krause, da Vila Santa Luzia e do Parque Santana Ariano Suassuna;
- Organização tipográfica das legendas, empregando fonte, tamanho, cor e contraste adequados à leitura em ambiente acadêmico.

Essas alterações tiveram finalidade exclusivamente ilustrativa e didática, buscando facilitar a compreensão espacial da área estudada e destacar elementos relevantes para a análise histórica desenvolvida ao longo desta pesquisa. Nenhuma informação cartográfica, geográfica ou histórica foi criada, modificada ou suprimida pela ferramenta de Inteligência Artificial, permanecendo inalterado o conteúdo essencial da fonte original.

Todo o processo foi supervisionado pelo autor, que definiu os elementos a serem destacados, revisou o resultado obtido e assumiu integral responsabilidade pela versão final da figura incorporada ao trabalho.